

Senado ameaça votar rolagem da dívida somente no ano que vem

20 DEZ 1991

Público

Os estados e municípios poderão precisar esperar o próximo ano para que suas dívidas com a União sejam refinanciadas. Ainda que o projeto da rolagem vá à apreciação do Senado hoje, somente após o recesso será elaborado um projeto de resolução normatizando a medida. Na sessão de ontem, oposição e parte da bancada governista reagiram à vinculação do refinanciamento da dívida ao ajuste fiscal, do qual o PMDB não abre mão. O espírito de corpo tomou conta do plenário por uma razão puramente institucional. “A Constituição de maneira clara,

taxativa, límpida, definiu que esta matéria é de competência exclusiva do Senado”, frisa o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP).

O alerta do líder tucano, já previsto há uma semana pelo próprio líder do PRN, senador Ney Maranhão (PE), tomou ressonância. Logo no início da sessão de ontem, Fernando Henrique apresentou uma questão de ordem sobre a constitucionalidade da matéria. O líder do PSDB adverte ainda que se o projeto for aprovado pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta.

“Não posso acreditar que esta casa abra mão do que é inerente constitucionalmente ao seu modo de funcionar. A questão central para o Senado é a relativa do equilíbrio dos estados com a Federação”, destacou Fernando Henrique, apontando o artigo 52 da Constituição.

O apoio inesperado de parte da bancada governista às contestações da oposição fez com que o ministro Jarbas Passarinho se afastasse por algumas horas do Ministério da Justiça para uma reunião no Senado. A tentativa de um acordo, entretanto, não surtiu efeito imediato.